



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Florianópolis, 17 de novembro de 2014.

**Discurso do Diretor Anthero Meirelles, Presidente Substituto
do Banco Central, no VI Fórum Banco Central sobre Inclusão
Financeira**

Senhoras e senhores, boa tarde.

É com grata satisfação que dou boas-vindas a todos os participantes do VI Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira. Estendo os meus cumprimentos também aos que nos assistem agora pela internet e que acompanharão o desenrolar das discussões que acontecerão aqui por meio da transmissão ao vivo disponibilizada no hot site do evento.

Gostaria de fazer menção especial ao Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), nosso parceiro, não apenas na realização de mais uma edição deste evento, como também em acordo de cooperação técnica que, neste ano, completa uma década. Enfatizo que estamos trabalhando para ampliar ainda mais essa parceria, inclusive com a inserção da educação financeira em seu escopo, reforçando essa profícua parceria em prol do desenvolvimento de nosso país – parceria essa comemorada hoje com o lançamento da Premiação de Desenvolvimento de Jogos de Educação Financeira.

Não poderia deixar de agradecer também à especial acolhida a este Fórum pelo estado de Santa Catarina, especialmente pela cidade de Florianópolis. No ano passado, muito nos honrou o convite feito pelo Excelentíssimo Governador do Estado, Raimundo Colombo, para que a sexta edição do Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira fosse realizada aqui. Com forte tradição em programas de microcrédito, Santa Catarina é lugar mais do que adequado para tratarmos do tema deste ano: “Pense globalmente, atue localmente”.

Destaco também o engajamento da Associação das Organizações de Microcrédito e Microfinanças de Santa Catarina (AMCRED) e do Sebrae Santa Catarina na organização e no encaminhamento deste evento, cada dia mais, um sucesso de público e de debate.

No cenário internacional, a inclusão financeira tem ocupado cada vez mais espaço na agenda de debates, consolidando a certeza de que guarda estreita relação com o desenvolvimento socioeconômico.

Espelhando essa compreensão, empreendemos, ao longo da última década, grandes esforços para aprimorar o processo de inclusão financeira no Brasil. Nesse período, importantes progressos foram obtidos. Entre eles, destaco o modelo dos correspondentes – que tem servido de exemplo para muitos países; o fortalecimento do segmento do cooperativismo de crédito – cujo arcabouço regulatório mais uma vez é contemplado, com aprimoramentos, nesta edição do fórum de inclusão financeira; e os avanços normativos voltados à promoção da qualidade e adequação dos serviços financeiros e da transparência e concorrência no Sistema Financeiro Nacional.

É imperioso continuarmos avançando para a efetiva cidadania financeira do brasileiro, onde a Parceria Nacional para Inclusão Financeira (PNIF) adquire relevante papel como espaço de trabalho colaborativo que une, em rede, atores públicos, privados e da sociedade civil.

Em 2012, no âmbito da referida Parceria, importante passo foi dado no caminho de criar um ambiente mais profícuo à promoção da adequada inclusão financeira, com o lançamento do Plano de Ação para Fortalecimento do Ambiente Institucional, concluído neste ano de 2014. Honrando o compromisso assumido, a Parceria entrega, neste VI Fórum, o relatório das conquistas em relação a esse Plano de Ação, nos eixos da regulação, do diagnóstico, e da educação e transparência.

Ao longo de três anos de implementação, as instituições integrantes do Plano adotaram uma série de medidas fundamentais para o fortalecimento do ambiente institucional em prol da inclusão financeira, que serão detalhadas ainda hoje em mesa específica neste evento.

Entre aquelas que tiveram atuação direta do Banco Central, destaque, no eixo “Regulação”, arcabouço regulatório sobre arranjos e instituições de pagamento, fruto de parceria com o Ministério das Comunicações e diversos atores envolvidos – que foi tema central nos fóruns de 2012 e de 2013. Essa regulamentação se configura como um marco para a inclusão financeira no Brasil, abrindo novas perspectivas para o uso da tecnologia como ferramenta inclusiva.

No eixo “Educação e Transparência” tivemos, em 2012, a criação da área de Relacionamento Institucional e Cidadania, fortalecendo a ação do Banco Central em relação aos assuntos concernentes ao cidadão, à sua vida financeira e a seu relacionamento com as instituições do sistema financeiro. Em 2013, com o lançamento do Programa Cidadania Financeira, por meio de diversos projetos em parceria e de diferentes produtos, consolidamos essa nova forma de atuação. Ao longo do ano de 2014, essas ações se fortaleceram, estando em pleno desenvolvimento importantes projetos para a cidadania financeira do brasileiro. Não sendo exaustivo, cito:

- O Projeto Educação Financeira Cidadã, realizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e associações civis, como os bancos comunitários, cooperativas de crédito solidárias e a Fundação Capital. Em sua primeira etapa, o projeto levará educação financeira a cinco mil famílias em situação de pobreza e extrema pobreza registradas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, em quatro regiões do país. Após esta primeira fase, a metodologia poderá ser replicada para os milhões de integrantes do Cadastro Único.
- Projeto Educação Financeira para o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, em parceria com a Secretaria Nacional do Consumidor, com o objetivo de formar em sua primeira fase, no ano de 2015, multiplicadores entre os técnicos dos Procons de dez estados brasileiros, além de colaboradores de

outras instituições integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, com ênfase nas orientações para o relacionamento do cidadão com o Sistema Financeiro Nacional. Esperamos que o resultado deste projeto venha a beneficiar milhares de consumidores.

- Projeto Educação Financeira Cooperativa, em parceria com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), voltado à formação de multiplicadores nas cooperativas em todas as regiões do país para treinamento em educação financeira, com ênfase na gestão de finanças pessoais. Esse projeto tem o potencial de ser replicado nas mais de seis mil cooperativas do país, em seus variados ramos, podendo alcançar então seus mais de 12 milhões de cooperados.

Registro também o alcance do curso de Gestão de Finanças Pessoais em parceria com a Escola de Administração Fazendária (ESAF), realizado no formato de ensino à distância e gratuito à população, que, lançado neste semestre, atingiu 10 mil pessoas. No 1º semestre de 2015, a previsão é alcançar mais 20 mil inscritos, com possibilidade de expansão ao longo do ano. Acreditamos que a força das novas tecnologias poderá fazer a diferença nesse processo da adequada inclusão financeira da população.

Ainda com relação aos avanços obtidos no âmbito do Plano de Ação, destaco, no eixo “Diagnóstico”, o trabalho de desenvolvimento de metodologias, construção de indicadores e levantamento e análise de dados empreendido pelos diversos parceiros, como IBGE, Ipea, SAE, o Subcomitê de Inclusão Financeira do Coremec e Sebrae, visando a melhor compreensão do panorama da inclusão financeira no Brasil. No Banco Central, iniciamos um robusto processo de aprimoramento e refinamento de nossas bases de dados e estatísticas relacionadas à oferta de serviços financeiros, de modo a disponibilizar, em breve, um diagnóstico mais sólido, consistente e sistemático sobre a situação do país quanto à inclusão financeira.

Sob a perspectiva da população, estamos desenvolvendo também pesquisas voltadas às unidades familiares, com o objetivo de melhor compreender sua percepção sobre o acesso e a qualidade dos serviços financeiros, bem como o impacto em suas vidas – o que é fundamental para podermos traçar ações futuras em bases ainda mais sólidas. Resultados preliminares de uma sondagem qualitativa sobre o processo de endividamento serão apresentados neste Fórum e lançam uma luz sobre o caminho percorrido pelo cidadão nesse processo, identificando pontos críticos e possíveis estratégias para a questão, fortalecendo nossa capacidade de atuar também na educação financeira do cidadão e das instituições financeiras.

Agradeço a todos que nos brindaram com sua contribuição ao relatório do Plano de Ação da Parceria e esperamos continuar atuando em colaboração e cooperação rumo à adequada inclusão financeira do brasileiro, fundamental para sua cidadania financeira.

Cooperativas de crédito

Gostaria, também, de compartilhar com os senhores e as senhoras aqui presentes ações realizadas pelo Banco Central que são de grande relevância para o fortalecimento do segmento de cooperativas de crédito. Lembro o longo e profícuo trabalho colaborativo desenvolvido em parceria com o segmento cooperativista, do qual resultaram inovações que vêm auxiliando o desenvolvimento desse segmento.

Cito, também sem pretensão de ser exaustivo: a permissão para a criação das cooperativas de empresários e de cooperativas de livre admissão; o incentivo, embutido em vários aspectos da regulação, à estruturação das cooperativas em sistemas; e, em 2013, a criação do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), entre muitos outros.

Todas estas inovações e avanços foram feitos paulatinamente, à medida que o próprio segmento evoluía em sua capacidade operacional e de controle, atendendo também à preocupação central e institucional do BCB com a estabilidade financeira.

Entendemos, nesta altura, que o sistema está suficientemente maduro para dar outros importantes passos regulamentares rumo à sua consolidação. Assim, neste VI Fórum, apresentamos alterações normativas voltadas ao segmento, como:

- Redução do Fator de Ponderação de Risco aplicável às operações de crédito das cooperativas singulares no Regime Prudencial Simplificado (RPS), de 85% para 75%, e
- Captação de Letras Financeiras como dívida subordinada por cooperativas – que comentarei mais adiante.

Apresentamos, também, três consultas públicas, que abrangem:

- Aprimoramentos no modelo de auditoria cooperativa;
- Proposta de Segmentação das cooperativas de crédito e alteração na regulação do balanço combinado; e
- Constituição de Cooperativas de Garantia de Crédito.

Esses novos normativos, bem como as consultas públicas, serão objeto de discussão nos painéis do fórum, bem como nas oficinas técnicas. Convido-os a participarem dos debates e, assim, juntos, consolidarmos o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

Ações para o cidadão

Registrato

Agora, tenho também a honra de anunciar um produto que trará contribuição significativa ao cidadão, de forma direta: o Sistema Registrato. Com o Registrato, o cidadão poderá acessar, de forma rápida e segura, pela internet, relatórios contendo informações sobre suas operações de crédito e seus relacionamentos com o sistema financeiro, possibilitando que administre melhor suas finanças pessoais.

Para garantir o sigilo da informação, esse novo sistema incorpora consagrados padrões de segurança de identificação eletrônica desenvolvidos nos serviços de internet banking, utilizados em larga escala pelo mercado financeiro.

Novas regras de tratamento das reclamações

Além disso, no que tange ao nosso relacionamento com o cidadão, procedemos à revisão das normas que definem o tratamento das reclamações apresentadas ao Banco Central com vistas a garantir mais qualidade nas informações prestadas pelas instituições financeiras. Desta forma, tais informações constituirão subsídios mais adequados às ações de supervisão de conduta, regulação e educação financeira desta autarquia.

A partir da maior qualificação das informações prestadas pelas instituições financeiras, a reclamação apresentada pelo cidadão também contribuirá de forma mais objetiva, direta e efetiva para a melhoria do processo de trabalho da instituição financeira objeto de sua reclamação.

Poupança

Ressalto também os esforços empreendidos pelo Banco Central quanto ao desenvolvimento de novos instrumentos de aplicação financeira e ao estímulo ao hábito de poupar. Lembro que, em 2013, no fórum em Fortaleza, o Ministro Alexandre Tombini propôs o tema, que muito foi debatido durante o ano de 2014, tanto interna como externamente ao BCB, junto a nossos parceiros. As discussões estão caminhando para prosperar em projetos e iniciativas, seja no campo regulatório, seja no campo da educação financeira, voltados ao hábito de poupar, beneficiando em médio prazo não só a economia, mas toda a população.

Como exemplo desse trabalho, trago ao conhecimento dos senhores e das senhoras a decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) de permitir que as cooperativas de crédito emitam Letras Financeiras. Com essa medida, o segmento cooperativista poderá ter acesso a recursos mais estáveis para o financiamento de suas operações ativas de médio e longo prazo, bem como garantir fonte adequada para a composição do capital regulamentar das suas instituições, atualmente restrita a títulos pouco padronizados ou sujeitos a pagamento incondicional do cotista ou do depositante (cotas-parte e depósitos dos cooperados).

A norma prevê que a emissão de letras financeiras pelas cooperativas de crédito limita-se ao propósito de composição do Patrimônio de Referência dessas instituições, atendendo, assim, às necessidades de capital do segmento.

Oficinas

Grande parte das ações mencionadas até aqui será tema de oficinas técnicas que ocorrerão durante o Fórum. Um espaço para que os servidores do Banco Central que estão conduzindo os estudos e trabalhos possam interagir com os senhores e as senhoras e, a partir disso, aprofundar o debate. Faço um convite a todos para que participem dessas oficinas e possam conhecer melhor e acompanhar nossas iniciativas.

Desafios

Neste Fórum, debateremos não só o atual estágio da inclusão financeira, mas também seu futuro. Como forma de contribuir para a reflexão que será feita ao longo do evento, lembro alguns dos desafios a serem enfrentados.

Uma importante questão diz respeito à intersecção entre as novas tecnologias e o processo de inclusão financeira. Cada vez mais novos instrumentos surgem via novas tecnologias e precisamos estar preparados para enfrentar esse novo ambiente.

O surgimento de novos produtos demanda nova forma de atuação, não só do mercado, mas também dos reguladores, que devem estar atentos às possibilidades que a tecnologia traz ao acesso e uso de serviços financeiros com tempestividade e qualidade.

Desafios também existem para a Parceria Nacional para Inclusão Financeira. Com questões do ambiente institucional encaminhadas, é necessário avançar, motivar ainda mais o engajamento da iniciativa privada e definir os próximos passos e suas metas – alinhados aos princípios internacionais sobre o tema.

É preciso ainda aprofundar e aperfeiçoar os diagnósticos, com a aplicação de pesquisas junto à população, complementando as estatísticas bancárias com estatísticas domiciliares, e com o uso de tecnologia de coleta e processamento de microdados para a captura de hábitos e comportamentos do indivíduo.

Tenho certeza de que esses temas não passarão ao largo das discussões neste fórum e esperamos ouvir importantes contribuições dos senhores e das senhoras.

Encerro aqui meu pronunciamento, agradecendo, mais uma vez, a presença de todos. Em nome do Banco Central, meu muito obrigado. Um bom evento a todos.